



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

O CAMINHO QUE SE TRANSFORMA E NOS TRANSFORMA: UMA ETNOGRAFIA SOBRE A AUTONOMIA REPRODUTIVA EM ANGOLA

Florita Cuhanga António Telo

Universidade Federal da Bahia: floritatelo14@gmail.com

Felipe Bruno Martins Fernando

Universidade Federal da Bahia: fernandes.felipe@ufba.br

Resumo: Este trabalho é parte da minha pesquisa doutoral com o tema central em direitos reprodutivos, destacando especificamente, a autonomia reprodutiva. Pretende-se assim, compreender o processo de construção da autonomia reprodutiva em Angola. Através de uma pesquisa qualitativa, que privilegia a etnografia, a tese busca analisar as histórias de vida de cinco mulheres angolanas com as seguintes características: negras, maiores de 25 anos, com escolaridade superior, que têm um/a filho/a por opção, de diversos estados civis. Neste momento, serão explorados os detalhes do caminho de campo, teórico e metodológico, por mim percorrido – em parceria com o meu orientador - que deu lugar a versão final da tese.

Palavras-chave: pesquisa de campo, direitos reprodutivos, Angola, autonomia reprodutiva, pós-colonialidade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado para fazer parte da minha pesquisa doutoral, cujo objetivo principal foi analisar a construção da autonomia reprodutiva em Angola. Relata o caminho teórico-metodológico que eu percorri. Desde os primeiros passos de recolha de dados, a definição do perfil do público-alvo, finalizando com a realização das entrevistas e consequente escrita da tese.

Para a definição do objeto, determinadas situações locais chamaram a minha atenção, concretamente os elevados índices de mortalidade materno infantil, provenientes do meu ciclo familiar, assim

como, informações midiáticas, constatações in loco, relatórios governamentais e de organizações internacionais. Nesta altura eu entendia que havia uma relação entre estas mortes e a ausência de autonomia reprodutiva das mulheres. O meu estudo demonstrou que, havendo relação, não é de essencialidade, dado que outros fatores como a corrupção, insuficiência de estruturas matéricas e humanas de saúde, a excessiva dependência econômica e de agenda externa, têm sido mais atentatórios à autonomia reprodutiva em Angola.

A pesquisa começou com um pendor feminista, mas terminou adotando uma perspectiva de gênero pós-colonial, por ser a que melhor se ajustou a realidade subjetiva e



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

contextual das mulheres que eu entrevistei. Para a fundamentação teórica segui de perto as colocações da socióloga nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí (1997; 2017), que acaba sendo o fio do condutor da minha tese. Ainda as contribuições da pesquisadora angolana Dya Kasembe (2010), da jurista ugandesa Harriet Musoke (2008). Para além da filósofa argentina Maria Lugones (2012). Para além do sociólogo jamaicano Stuart Hall (2010), e a pesquisadora São Tomense Inocência da Matta (2014).

CONTEXTO DA PESQUISA:

ANGOLA

Está pesquisa versa sobre Angola, meu país de origem. De acordo com os dados do último censo (2014), Angola tem cerca de 25 milhões de habitantes. Deste total aproximadamente 12 mil e 500 são homens (48%) e 13 mil 200 mulheres (52%). O censo apurou ainda que 65% da população está entre 0 a 24 anos de idade, sendo assim uma extremamente jovem. Apenas 2,3% têm mais de 65 anos de idade. A esperança de vida é de 57 anos para homens e 63 para mulheres, sendo que a taxa de natalidade bruta varia entre os 37% masculino e 34% feminino. A taxa de fecundidade é de 5,7 filhos por mulher.

Das suas dezoito províncias foi selecionada Luanda, para fazer a pesquisa de

campo. Luanda, que é a capital do país, é a mais habitada, com 7 milhões de residentes. Este sobre-povoamento, é resultado do êxodo populacional despoletado pelo conflito armado iniciado em 1975, com alguns intervalos de cessar fogo, e terminada apenas em 2002. No período de guerra (27 anos), a maioria das populações buscava segurança na capital. No entanto, assinado os acordos que colocaram termo à guerra, poucas pessoas retornaram as suas cidades de origem.

Um outro fator é a distribuição desigual das riquezas, dos investimentos, concentrados maioritariamente em Luanda e nas províncias litorais.

A cidade capital alberga um quarto (27%) da população do país. A idade média da população de Luanda é de 21 anos, enquanto apenas 1,5% dos habitantes têm mais de 65 anos.

Ainda de acordo com o censo (2014), cerca de 37% da população angolana reside na zona rural. Constituem 9 mil e 600 habitantes, quase 5 mil são mulheres e 4 mil e seiscentos são homens. Entretanto, são estes grupos que menos têm acesso aos serviços básicos de saúde e educação. Por exemplo, a taxa de alfabetismo (população entre os 15 anos que sabe ler e escrever) é de 79% na zona urbana e 41% na área rural, destes últimos, quase 60% são homens e 25% mulheres.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Existem duas explicações possíveis para esta disparidade, primeiro a política colonial de acesso à escola, que privava maioria dos nativos, salvo se deixassem de lado os valores e costumes das suas culturas. Aliada a isto, à respectiva política de gênero colonial fundada na visão da religião cristã católica romana. É com este cenário que o país se torna independente. Nesta nova fase, se mantém o pouco investimento nas zonas rurais, e o acesso à escola continua dificultado para as meninas, desta feita, por outros fatores.

Um deles foi a continuidade de desconsideração dos espaços de educação endógenos, dando privilégio apenas as escolas formais, sobretudo nas zonas rurais. Caso fossem devidamente equacionadas as dinâmicas locais de organização social, iriam assegurar maior participação feminina, inclusive nas escolas do Estado.

Por tudo quanto foi dito, Luanda foi definida como o centro da nossa pesquisa doutoral.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, este trabalho foi pensado em termos qualitativos, na medida em que envolve um universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes - ligadas as escolhas reprodutivas - entendidas neste âmbito como parte da realidade social.

Caracterizada pelo fato de o ser humano se distinguir pelo agir, pelo pensar sobre o que faz e por interpretação das suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com os seus semelhantes (MINAYO, 2010).

Nestes termos foi privilegiada a história oral pois almejava obter um relato retrospectivo da experiência pessoal das entrevistadas, “um relato oral relativo a fatos e acontecimentos que foram significativos e constitutivos de sua[s] experiência vivida[s]” em termos de escolhas reprodutivas (CHIZOTTI, 2011, p.101).

Deste modo, os relatos orais seguiram o formato de Entrevistas Temáticas, focada nas experiências e processos específicos vividos pelas entrevistadas. Trata-se de um tipo de história oral que “fornece elementos, informações, versões e interpretações sobre temas específicos” (DELGADO, 2010, p. 22). No caso concreto, estas abordagens são em torno da autonomia reprodutiva, visando compreender os seus significados, formas de construção, em suma, os elementos que influenciam os processos de escolha reprodutiva, e respectivos desdobramentos nos contextos sociais.

As entrevistas temáticas foram conduzidas através de um tópico guia, que segundo Gaskel e Bauer (2002, p. 66) se define como sendo “um conjunto de títulos e



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

parágrafos, que funciona como lembrete para a entrevistadora”. O tópico guia foi elaborado previamente atendendo aos objetivos da pesquisa. Ter optado por tópico guia ao invés de um roteiro, possibilitou maior interação de minha parte, com as interlocutoras, deixando-as também mais à vontade para narrarem as suas histórias.

A pesquisa é essencialmente etnográfica, e tal perspectiva foi fundamental para a realização do trabalho como um todo, tanto os diários de campo, a transcrição das entrevistas, como a agenda de campo, contribuiram para a riqueza de detalhes utilizadas no momento da análise dos dados. A este propósito, as lições de Cláudia Fonseca (1998), foram importantes: o estranhamento, a esquematização e a desconstrução.

A abordagem etnográfica exige atenção especial a determinados tipos de linguagens que as técnicas de entrevista têm mais dificuldade em alcançar. Isto é, cruzando dados, comparando diferentes tipos de discurso, confrontando falas de diferentes sujeitos sobre a mesma realidade. Em suma, a construção da tessitura social (FONSECA, 1998). Significa interpretar e analisar os dados, e os contextos, a partir, mas não somente, daquilo que é revelado pelas palavras das entrevistadas, mas numa perspectiva ampla,

mormente, social e econômico que influenciam as escolhas subjetivas.

DEFINIÇÃO DAS SUJEITAS DA PESQUISA

As minhas cinco interlocutoras finais, resultaram de um ajustamento da planificação prévia, conforme as dificuldades encontradas em campo, que serão relatadas mais adiante. Por agora, vou resumir o que tinha sido previsto.

O meu público alvo seriam nove mulheres negras, angolanas, acima dos 25 anos, sem limite máximo de idade, nascidas e ou criadas em Luanda. Com ou sem filhos, com ou sem escolaridade, de qualquer orientação sexual, religião, etnia. Com alguma fonte de rendimento. Utilizei ainda o critério de habitação familiar ou particular para excluir moradoras de rua.

Em Luanda, optei por trabalhar com os três municípios mais populosos, designadamente: Luanda, Viana e Belas, sendo que em cada um deles, seriam entrevistadas três mulheres.

Descartei menores de idade porque iria demandar outros desdobramentos como a necessidade de termo de autorização dos pais ou tutores. Considerei ainda que antes disso elas não teriam independência financeira,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

ainda que mínima, pois isso podia influenciar no grau de autonomia reprodutiva.

A escolha da idade também foi influenciada pelos dados oficiais a que tive acesso, mormente, o relatório do Governo angolano intitulado Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (2015-2017). Este documento identificou que entre as mulheres de 25-49 anos, a idade mediana no primeiro parto era de 19,5 anos. Uma em cada três (33%) destas mulheres teve o primeiro parto antes dos 18 anos e mais da metade (55%) teve o primeiro parto antes dos 20 anos (ANGOLA, 2017, p.71).

O critério racial ficou propositadamente aberto, pese embora, a maioria esmagadora da população angolana é negra.¹ Esta definição é feita pela pessoa por auto-declaração. Para abranger um universo maior de visões, deixei ainda em aberto, a etnia e a religião.

Para a escolha dos municípios na província de Luanda, recorri ao censo nacional, optando pelos três mais populosos. Luanda tem um total de sete municípios, o primeiro, mais populoso, com o mesmo nome da cidade e cerca de 2 milhões de habitantes.

¹ Os dados do último não trouxeram informações sobre a distribuição racial em Angola, o entanto, eu tive acesso a dados do censo de 1970, que dava conta que 93% da população era negra, 5% branca e 2% mestiça. In: Hodges, 2001, p. 44.

Em seguida, o município de Viana com 1 milhão e 600 mil habitantes. Por último, o município de Belas com pouco mais de um milhão.

Optei por deixar em aberto a orientação sexual, por ser ainda pouco explorado em Angola, e não ser critério de exclusão nesta pesquisa. Entretanto, este item foi incluído no tópico guia, por auto-declaração.

Quanto a classe, também é um tema complexo entre angolanos, pois não temos dados em Angola quanto a distribuição de classes. O recurso tem sido os dados gerais da ONU que dizem que a maioria da população vive com menos de 1 dólar americano, com todas as reservas inerentes. Todavia, dei preferência a mulheres que têm algum tipo de rendimento econômico próprio, com ou sem vínculo empregatício formal, utilizando o salário mínimo nacional como referência². Estariam incluídas as que estão no mercado informal.

Do mesmo modo, a escolaridade não é relevante para a pesquisa, como critério excludente, dado que, a partir da realidade local, a escolaridade nem sempre é garante de melhor nível de vida ou capacidade de

² De acordo com o artigo 1º do Decreto Presidencial 91/17 de 07 de julho, o salário mínimo nacional é de dezesseis mil, quinhentos e três Kuanzas e trinta centimos (16,503,30). Equivalente a 199,19 reais, de acordo ao cambio oficial do Banco Central do Brasil.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

discernimento. Uma vendedora ambulante não escolarizada, pode ter maior capacidade econômica que um funcionário público de formação superior. O que também pôde ajudar a compreender se este fator é (ir)relevante para as escolhas reprodutivas das mulheres.

A inclusão do critério habitacional se deu também em função dos dados do Censo (2014), que demonstrou o seguinte: na província de Luanda, do total de quase 7 milhões de habitantes que nela residem, 6 milhões 945 mil residiam em habitações familiares e somente 2 mil 313 não tinham habitação.

OS MOMENTOS DA PESQUISA DE CAMPO

A ida ao campo foi feita em três momentos distintos, correspondentes ao período em que tive oportunidade de ir à Angola. Com a previsão de me deslocar apenas uma vez para a realização das entrevistas, por iniciativa própria, preferi iniciar a exploração do terreno antes daquela fase.

a) FASE EXPLORATÓRIA: 2015

Primeiramente, conheci uma jovem mulher em Luanda, a quem dou o nome fictício de “Nkonda”. Com cerca de 37 anos, não questionei a idade, formada em Direito, professora universitária, procuradora do ministério público, aparentemente

heterossexual, é casada com um magistrado judicial, católica praticante, e com cinco filhos. Mora na zona urbana de Luanda. Tivermos uma conversa descontraída, ela desabafou que queria ter mais filhos, pelo menos oito, gostava de famílias grandes, ao contrário do marido. Ainda assim, ela estava muito feliz com os filhos, e percebia-se pela expressão facial e gestual sempre que falava deles. Dizia que os adorava e se sentia bastante satisfeita, pois sempre desejou ter uma família grande, talvez por vir de uma assim também, porque os pais tiveram sete filhos.

Entretanto, sempre contou com a ajuda da mãe e dos sogros, para cuidar dos filhos, sobretudo quando viajassem de férias com o marido. Os avós ficavam felizes sempre que tivessem os netos em casa. Resumindo, esta senhora tinha um nível de vida muito bom, se comparado com a maioria da população, mas não manifestava qualquer incômodo por ter aquele número de filhos, considerado pela OMS como sendo um número elevado, conforme se lê em seus relatórios sobre a taxa de fertilidade. E ainda, o fato de este desejo geralmente ser associado as pessoas de baixa renda e escolaridade.

O segundo caso, foi de uma mulher no outro extremo, vou chamá-la de “Matondo”. Com 33 anos, vive maritalmente, teve sete partos, duas faleceram em tenra idade, as



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

outras cinco estão em vida. Ela nunca estudou, não sabe ler nem escrever. É dona de casa, não faz nenhum tipo de trabalho fora do domicílio. Mora na zona rural de Luanda, em um espaço, que para efeitos do censo não é considerado habitação. O marido tem o ensino básico. Não tem uma profissão fixa, e sustenta a família fazendo biscates (bicos). A renda familiar é instável, as vezes situa-se abaixo do salário mínimo nacional.

Tivemos também uma conversa descontraída, sorria todas as vezes que falava dos filhos, disse que sempre quis ter uma família grande, sentia-se bastante feliz por tê-los. Até antes disso era uma pessoa triste, pois ela era filha única, lamentava sempre por isso, assim como a sua mãe, que dizia sentir-se isolada por este fato. Quando nasceram os filhos, sentiu-se mais preenchida, a sua mãe ficou muito contente. Ambas moravam em outra província, e quando ela decidiu mudar-se para Luanda, a mãe queria ficar com alguns filhos dela, mas não aceitou, porque disse que não conseguiria ficar longe dos filhos. Nenhum dos filhos dela estava registrado, até altura que a conheci. Ainda retomando os dados do censo de 2017, 75% das crianças entre os 0-4 anos não tinham registro de nascimento. Sem registro não é possível estar na escola ou ter acesso aos poucos recursos garantidos pelos escassos programas sociais do Governo.

Do meu ponto de vista, quer uma como outra, estão plenamente conscientes da escolha que fizeram em termos reprodutivos. Outrossim, a maior parte do tempo, eram elas as cuidadoras das crianças, mas sempre havia a possibilidade de outras pessoas participarem, avós, sogras/os e outros membros da família. Portanto, a maternidade para elas não era um ato isolado ou pesaroso.

Sem adentrarem nos detalhes de como chegaram concretamente a decisão de escolha pelo número de filhas/os, eu entendi que a principal diferença entre ambas não é tanto no âmbito subjetivo, de uma ter melhor discernimento que a outra, mas sim em termos de acesso as estruturas/bens que permitam exercer livremente tais escolhas. Analisar a questão deste ponto de vista, eu apenas aprendi nesta experiência, o que mexeu também com a minha fundamentação teórica.

A partir daqui, cheguei à conclusão preliminar de que eu estava muito contaminada com o ponto de partida da minha pesquisa, que se alimentava muito das teóricas feministas e de gênero ocidentais hegemônicas, assim como, dos relatórios das agências da ONU, e do governo, geralmente financiadas por estas últimas, no que se refere aos direitos reprodutivos em Angola.

Nesta ocasião tive ainda a oportunidade de conhecer “Mayamba”, que será melhor



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

apresentada adiante. Em nossa primeira conversa, demonstrou rapidamente interesse em participar da pesquisa.

b) FASE EXPLORATÓRIA: 2016

Em 2016 tive a oportunidade de realizar mais uma conversa com outra mulher, de nome fictício “Guigui”. Tratou-se de uma mulher negra, que se assume heterossexual, solteira, de 33 anos, sem filhos. Já fez um aborto. É a quarta filha de dois rapazes e uma menina. Nasceu em Angola, assim como toda a sua família, mas, passou parte da infância e início da adolescência fora de Angola. É gestora empresarial em Luanda. Por decisão dela, marcamos a nossa conversa em seu escritório.

O objetivo era tentar entender se ela não tinha filhos por opção? E a partir daí, quais fatores terão influenciado a sua decisão. Por ser uma pessoa que eu já conhecia, e ela a mim, eu me apercebi que ela tinha mais reservas em narrar determinados episódios, ou então, tentava justificar determinadas posturas sexistas, de membros da sua família, sem que eu tivesse dito alguma coisa. Este momento foi importante porque confirmou que deveria entrevistar apenas pessoas que não me conhecessem, e nem os meus posicionamentos ideológicos.

FASE FINAL: 2017

E foi assim que, em 2017 retornei à Luanda para a realização das entrevistas finais. Retomei o contato com uma das candidatas que conheci em 2015. Encontrei ainda outras mulheres, indicadas por terceiras pessoas, que se encaixavam no perfil que eu procurava. Para espalhar a palavra utilizei o WhatsApp, SMS, e o boca a boca, nos eventos feministas e de mulheres, em que tive a oportunidade de participar. Vejamos o resultado deste processo.

Uma das primeiras pessoas indicadas, de nome fictício “Luiiele” conversamos via celular, era uma jovem, solteira, com mais de 30 anos, enfermeira, com ensino médio completo, residente em casa dos pais, no município de Viana. Expliquei sobre a pesquisa, e o meu interesse em falar com ela pessoalmente, para mais detalhes. Porém, nas próximas ligações que fiz, para marcar o encontro presencial, ela dizia estar sempre ocupada, que não podia falar, ou então pedia que eu ligasse mais tarde, e imediatamente desligava. Nas tentativas a seguir, nem atendia o celular. Confesso, fui vencida pelo cansaço e não voltei a entrar em contato.

A segunda candidata, tinha mais de 35 anos, a informação inicial é que tinha baixa escolaridade. Era uma liderança ativa no grupo de mulheres da igreja. Casada e sem filhos, inicialmente, por opção. Mantivemos contato pouco mais de três vezes, nestes momentos



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

falei sobre a minha pesquisa e que desejava encontrá-la pessoalmente, caso fosse possível, para outras informações. Eu sempre senti algum receio em sua voz, ao falar comigo. Passados alguns dias, ela informou não se sentir à vontade para conversar comigo sobre o tema da minha pesquisa porque tinha receio que essa informação vazasse para as/os irmãs/irmãos da igreja, ou mesmo para o pastor. Ou seja, estas pessoas não deveriam saber que ela não queria ter filhos, simplesmente porque não desejava, foi o que me deu a entender.

Entretanto, não me dando por vencida, insisti, reiterando que a pesquisa seria confidencial, o seu nome verdadeiro jamais seria revelado, apenas eu e a minha orientadora teríamos acesso as informações. Confesso que ter incluído a orientadora, talvez a tivesse deixado mais apreensiva. E prossegui dizendo que naquele momento, eu pretendia apenas estar com ela para explicar melhor a pesquisa, sem nenhum compromisso. Neste momento ela me pareceu menos apreensiva, disse que retornaria, mas não o fez. Eu persisti, ligando novamente depois de alguns dias, e nesta altura, afirmou, eu diria “com todas letras”, não querer participar, ou falar sobre este assunto. À justificação inicial acrescentou o fato de não me conhecer de lugar algum. Apesar de ter previsto que isso fosse aconteceu

ao longo deste processo, ter vivenciado foi mais angustiante.

Todavia, este cenário se alterou nos contatos seguintes, de onde saíram as cinco mulheres que participaram da minha pesquisa, como coautoras.

A primeira que aceitou falar comigo, nesta fase, recebeu o nome fictício “Nkossi”, e a transcrição da sua entrevista é identificada pelo número 1. Cheguei a ela também por indicação, tratava-se de uma mulher, negra, licenciada, católica, casada, com 32 anos de idade e uma filha de um ano, não desejava ter mais. Desde o primeiro momento se mostrou disponível a participar da pesquisa. A entrevista aconteceu as 14h00 do dia 10 de janeiro de 2017 no apartamento dela.

A segunda entrevistada também foi indicada por uma terceira pessoa. Não nos conhecíamos nem pessoal nem virtualmente. Apesar de ter sido muito receptiva no primeiro contato, a marcação do encontro presencial, foi mais complicado, por indisponibilidade da parte dela, se justificou pelos horários de trabalhos e os cuidados que o filho pequeno exigia dela. De nome fictício “Makiesse”, marcamos a entrevista para o dia 02 de fevereiro de 2017, por volta das 18h30 em seu apartamento.

Foi por intermédio da Makiesse que eu conheci a entrevistada número 3, identificada



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

como “Yolene”. Pedi a Makiesse que fizesse a conexão, perguntando se ela aceitaria participar da minha pesquisa, ou mesmo, ter um encontro presencial comigo, para mais detalhes. E a resposta foi positiva. Com 35 anos de idade, grávida de cinco meses do seu primeiro filho, realizamos a entrevista no dia 18 de fevereiro de 2017, por volta das 18h30 minutos em seu apartamento.

A penúltima entrevistada, de número 4, chegou até mim por sugestão de um amigo, professor universitário. A justificativa dada por ele para essa indicação foi que, pela idade e nível de formação dela, não ter filho poderia estar associada a um desejo pessoal. Ele fez o link entre nós, após isso, liguei-lhe. Apresentei-me, expliquei em que consistia a minha pesquisa, e tratando-me por “querida”, e as vezes por “filha”, respondeu que achou interessante, perguntou porque tinha pensado nela, respondi que foi mais por sugestão do amigo que tínhamos em comum.

Tivemos dois encontros, o primeiro no seu local de trabalho, para eu explicar do que tratava a minha pesquisa, e o segundo foi a entrevista propriamente dita. Logo no primeiro encontro me contou detalhes íntimos da vida pessoal e familiar. Por já ter feito o doutoramento, disse que admirava a minha coragem em escrever sobre assunto, retratando as mulheres angolanas, ainda pouco estudadas.

Conversamos em torno de 40 minutos. No final, ela aceitou participar da pesquisa, e marcamos a entrevista para o dia 24 de abril de 2017 as 10h40 minutos, num restaurante na Ilha de Luanda, indicado por ela. Assim nasceu a minha interlocutora no número 5, de nome fictício “Nzola”.

Finalmente, a última entrevista, que por pura coincidência, ou ironia do destino, foi a primeira pessoa que aceitou participar desta pesquisa em nossa conversa exploratória em 2015. O contato com Mayamba, nome fictício, a única que não reside em Luanda, exigiu sair de Luanda de avião para poder encontrá-la. Porém, a marcação da entrevista foi extremamente difícil, porque ela não atendia o celular, no fim de semana em que cheguei a cidade. O que me deixava desesperada, pois o meu regresso para Salvador já estava marcado para esta mesma semana.

Na segunda feira tentei ligar por volta das 8 horas e ela não atendeu, tentei uma hora depois e lá atendeu, eu desesperada demonstrei felicidade instantânea quando ela atendeu. Desculpou-se, disse que não usava aquele contato aos fins de semana, eu perguntei se podíamos nos encontrar, ela disse que sim, “venha agora, que conversamos”. Foi a maior jornada da minha vida, menos de vinte minutos tive de ir ao encontro dela, pegar um taxi, fazer o pagamento, localizar o lugar indicado por ela. Ela



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

morava em outro município, diferente de onde eu estava hospedada. Fui diretamente ao encontro dela. (Diário de campo nº10).

A entrevista aconteceu no dia 05 de julho de 2017, as 10h35 no escritório da universidade em que trabalha. Foi a mais longa de todas as conversas que tive até agora, e ela, por sinal é a mais velha das cinco interlocutoras. E assim surgiu a minha 5ª e última entrevistada. Pelas razões referidas supra, regressei à Luanda logo após a realização da entrevista.

Foi um sufoco, mas encerrei esta fase com a sensação de dever cumprido e melhor ainda, com um aprendizado pessoal e acadêmico que levarei para toda a vida.

CONCLUSÃO

Deste modo, terminou uma fase e que marcou o começo de outra, a escrita da tese. Uma pesquisa etnográfica que se debruçou sobre as escolhas reprodutivas de cinco angolanas, negras com média de idade de 36 anos, heterossexuais, com vínculo laboral formal, e uma média salarial de 9.693,35 reais. A maioria religiosa, em uma relação afetiva (casamento, namoro). Quatro das cinco tem apenas uma/um filha/o e não desejam ter mais. A única que ainda não tem filho/a, deseja ter mais de um/a. Todas já fizeram aborto, e a

maioria tem histórico de uso de anticoncepcionais (passado ou presente).

Este resultado foi um pouco diferente do que eu tinha inicialmente previsto, ainda em fase de desenho do meu projeto de doutorado. Esta fase foi difícil, principalmente pela insuficiência de produção acadêmica, e pouca disponibilidade de informações/dados de e sobre Angola. Apenas na fase final entendi com lucidez, que a minha pesquisa, acabaria sendo então uma fonte bibliográfica para futuras pesquisas, na medida em que, traria elementos que ainda não tinham sido explorados em pesquisa científica, pensando particularmente o contexto angolano.

Outrossim, ainda que inicialmente já tivesse uma ideia das dificuldades que encontraria em campo, na prática elas foram mais desafiadoras. E um destes problemas, foi a dificuldade em encontrar pessoas interessadas em compartilhar as suas histórias de vida reprodutivas com uma desconhecida.

Por outro lado, tive que lidar com as apreensões, resultado da pouca cultura de retorno do resultado das pesquisas, este fato tem criado alguma desconfiança sobre o destino ou uso que dado as informações reveladas, que via de regra são gravadas.

Do mesmo modo, eu tinha muitas certezas, mas a caminhada me mostrou que haviam mais perguntas e incertezas. No início



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

achei que o resultado final quanto ao perfil das minhas interlocutoras ficou aquém do que tinha previsto, pois acabei tendo um grupo de análise mais ou menos linear. Todavia, a interação com cada uma delas, revelou a riqueza de detalhes inéditos, em termos de autonomia reprodutiva. Para além disso, trouxeram subsídios que ajudaram a afunilar o objeto da pesquisa.

Ainda quanto a isto, da banca de qualificação recebi o feedback de que, estas mulheres em específico aceitaram falar comigo, porque se sentiram estar entre pares, todas elas têm formação superior, tal como eu. Fui levada a concordar com isto, sobretudo na hora da retrospectiva de toda a minha caminhada. Assim sendo, a minha tese não é só uma etnografia de cinco mulheres angolanas, mas sim a história da construção de gênero e da autonomia reprodutiva em Angola. Entre as conclusões iniciais, destaco as seguintes:

1) Ser mãe – mulher – esposa não constituem uma unidade indissociável em Angola. Neste sentido, as cosmogonias locais assumem importância fundamental na edificação das subjetividades femininas e masculinas.

2) As escolhas reprodutivas são influenciadas por percepções subjetivas, que mantêm relações com questões objetivas concretas, designadamente, raciais, políticas, e

de colonialidade, tendo em conta o passado escravista/colonial de Angola.

3) A pesquisa comprovou ainda, que nos casos estudados, a escolaridade não foi preponderante para as escolhas reprodutivas.

4) Assim como, as condições econômicas desiguais em Angola acabam sendo um empecilho ao exercício livre da autonomia reprodutiva, na medida em que, ainda que eu deseje ter mais filhos, eu não posso fazê-lo em razão da desorganização do Estado, em assegurar uma distribuição equitativa dos recursos, e a melhoria dos serviços de educação, escola, creches e lazer.

De um modo, estas mulheres se inserem num campo de relações de força, em que os instrumentos de negociação, pessoal familiar, social, são despoletados, visando assegurar os seus próprios direitos, que estão em constante interação com outros, familiares e comunitários.

Por isso, é notório em suas posturas que o exercício da autonomia reprodutiva se insere no entendimento de que, são sujeitas de direito, o que as confere a liberdade de definir, se querem ou não ter filha/o, quantos, e o respectivo espaçamento. Este campo de decisão transcende o âmbito subjetivo, mas é por ele despoletado. E ainda, a maternidade mantém uma relação estreita com a família, mais do que apenas com a mãe ou o pai. Pese



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

embora, seja cada vez menos comum entre as populações angolanas urbanas escolarizadas. Todavia, a maternidade ainda não é 100% um ato isolado, de responsabilidade da mãe ou apenas do casal, pois envolve toda a família nos seus cuidados.

Um dos grandes desafios identificados pela pesquisa, no âmbito da reprodução, prende-se com o papel paterno, num contexto social de transformações constantes, como tem sido Angola nos últimos anos. Em meio a ambiguidade de práticas que resulta da fusão de costumes ditos “modernos” e os endógenos. Este aspecto foi pouco explorado, por exiguidade de tempo, mas é um ponto preocupante, na medida em que, gera sobrecarga para as mulheres, ali onde não há presença de outros familiares, ou por exemplo, condições econômicas para pagar uma baba.

Finalmente, se a nível subjetivo é possível afirmar que há autonomia reprodutiva, o mesmo já não se pode dizer em termos objetivos. Isto é, pensando concretamente, no papel do Estado, e a insuficiência de políticas públicas que assegurem estruturas e meios visando o livre exercício das escolhas reprodutivas. Uma perspectiva de intervenção que vá para além das tendenciosas campanhas de “saúde da mulher”, reduzidas somente ao planeamento familiar e a despenalização do aborto.

Neste sentido, tanto a corrupção endêmica como a excessiva dependência econômica externa colocam em causa, as políticas de equidade de gênero, e o desenvolvimento do país de uma forma geral. Na medida em que, primeiro, não são levadas em devida consideração as dinâmicas sociais de cada lugar dentro do país. E por outro lado, não se pode perder de vista, que os programas nacionais de saúde e direitos reprodutivos são amplamente financiados por “doadores internacionais”, que via de regra, definem e ou influenciam as agendas locais conforme os seus próprios interesses.

BIBLIOGRAFIA

ANGOLA, Ministério da Saúde. **Factores qualitativos que determinam a utilização deficiente dos serviços de planeamento familiar em Angola: Resultados do exercício de mapeamento estratégico.** Luanda: Ministério da Saúde, 2003.

_____. Decreto Presidencial n.º 222/13 de 24 de Dezembro. **Plano Nacional para Igualdade e Equidade de Gênero e Estratégia de Advocacia e Mobilização de Recursos para Implementação e Monitoria da Política.** Luanda, 2013.

_____. Instituto Nacional de Estatística. **Inquérito Integrado Sobre o Bem Estar da População (IBEP) 2008-09: Principais Resultados Definitivos – versão resumida.** Luanda: INIDE, 2010.

_____. Instituto Nacional de Estatística. **Resultados preliminares recenseamento geral da população e habitação – 2014.** Luanda: [s.n.], 2014.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

_____. Instituto Nacional de Estatística.

Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (2015-2016). Disponível em:

<<https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR327/FR327.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

Bauer, M. W. & Gaskell, G. (Orgs.) (2002). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes, 2002.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral** – memória, tempo, identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso. **Revista Brasileira de educação**, v. 10, p. 58-78, 1999.

HALL, Stuart. **Sin garantías: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales**. Colombia: Envió Editores, 2010. 618 p.

HODGES, Tony. **Angola: do Afro-estalinismo ao capitalismo selvagem**. Cascais: Principia, Publicações Universitárias e Científicas, 2003. 303 p.

KASEMBE, Dya. **As mulheres honradas e insubmissas de Angola**. 2. ed. Luanda: Mayamba, 2010. 121 p.

LUGONES, Maria. Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. In: EMANCIPACIÓN, Conexión Fondo de. **Pensando los feminismos en Bolivia**. 2. ed. La Paz: Conexión Fondo de Emancipación, 2012. Cap. 3. p. 129-140. (2). Edição Patricia Montes.

MATTA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v.

14, n. 1, p.27-42, 11 abr. 2014. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2014.1.16185>.

MUSOKE, Harriet Diana. Direitos sexuais reprodutivos: uma crítica ao Artigo 14 do Protocolo dos Direitos das Mulheres da África. **Revista de Direito Sanitário**, Brasil, v. 12, n. 3, p. 57-87, Mar. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/690/699>>. Acesso em: 30 fev. 2014.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **The invention of women: Making an African sense of western gender discourses**. Minnesota: Minnesota Press, 1997. 240 p.

_____. **La invención de las mujeres.: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**.